

De Tapirí em Tapirí: Comunicação comunitária protagonizada por estudantes indígenas da UFRR¹

Tainá Aragão de ALMEIDA ²

Vângela Maria Isidoro MORAIS³

Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR

RESUMO

O Presente artigo relata a criação de um projeto em jornalismo comunitário desenvolvido pelos estudantes de Comunicação Social matriculados na disciplina de Jornalismo Comunitário, em 2016. A atividade foi protagonizada por estudantes indígenas da Universidade Federal de Roraima que ingressam pelo Processo Seletivo Especial Indígena (PSEI), com intuito de problematizar o espaço das mediações entre a comunidade e a universidade, além de expor os dilemas que os estudantes indígenas vivem desde o ingresso à universidade e no decorrer de sua formação. A ferramenta utilizada como meio de comunicação foi um canal no *Youtube* denominado “De Tapirí em Tapirí”, no formato vlog, estruturado potencialmente para gerar onze episódios com diferentes temáticas relacionadas à rotina universitária indígena.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação; cidadania; acadêmicos indígenas; vlog.

TEXTO DO TRABALHO

Pensar em comunidade é criar uma imagem de pessoas em proximidade, aconchego, segurança, compartilhamento de saberes e fazeres. Mas os acessos às comunidades que passamos a pertencer, muitas vezes, segue uma lógica circunstancial, estão dispostos no caminho das nossas escolhas e impostas pelo cotidiano. Como a comunidade universitária, tão complexa e burocrática que se estratifica em centros, núcleos, secretarias, instâncias que em muito transcendem a mera percepção da relação que se estabelece na sala de aula. O funcionamento dessa engrenagem, onde é importante compreender a dinâmica de cada peça, amplia os desafios para quem chega. Não é preciso somente estar apto a construir um conhecimento acadêmico, é necessário colocar-se aberto a perceber e a sobreviver a uma nova sociabilidade para alocar-se.

¹ Trabalho apresentado no DT7 – comunicação, espaço e cidadania – Jornalismo do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, realizado de 24 a 26 de maio de 2017.

² Estudante de Graduação do Curso de Jornalismo da UFRR, email: tainaacolita@hotmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo da UFRR, email: vangela.morais@ufrr.br

A comunidade, por via de regra, também padroniza, pois em tese o *comum* desfruta dos mesmos direitos e também é destinado a conviver com as mesmas problemáticas. Contudo, o ambiente universitário, mesmo se configurando como uma comunidade, abriga em seu interior, pessoas com trajetórias de vida, culturais e econômicas distintas. É o que Bauman (2003) define como *Minorias étnicas*, termo que designa agrupamentos sociais diferentes entre si e que em muitas ocasiões perderam sua heterogeneidade por conta do processo de construção de Estado-nação, pelo sentimento nacionalista ou liberalista, que como tais impõe uma padronização:

A construção da nação significava a busca do princípio ‘um Estado, uma Nação’, e, portanto, em última análise, a negação da diversificação étnica entre os súditos. Da perspectiva da ‘Nação Estado’ culturalmente unificada e homogênea, as diferenças de língua ou costume encontradas no território da jurisdição do Estado não passavam de relíquias quase extintas do passado. O nacionalismo e o liberalismo podiam ter diferentes estratégias, mas compartilhavam o mesmo propósito. Não havia lugar para a comunidade, e menos ainda para uma comunidade autônoma e capaz de autogoverno (Bauman, 2003, p. 89).

Essa padronização imposta na construção do Estado Nação também se reflete na comunidade universitária, pois a universidade sendo um reflexo distorcido da sociedade, também reproduz preconceitos, discrimina e por isso, excluí muitas vezes as minorias. Por outro lado, com a implementação do programa de cotas raciais, socioeconômicas e o processo seletivo indígena a partir de 2001, a universidade vem ganhando um rosto mais diverso racialmente e etnicamente falando. Ou seja, mesmo continuando a se caracterizar como um espaço elitizado e excludente, as universidades avançaram muito em políticas de inclusão.

A Universidade Federal de Roraima (UFRR), por exemplo, foi a primeira universidade brasileira de ensino superior a implantar cursos específicos de graduação para a formação de indígenas. Em 2001, conforme Resolução nº 009/2009 do Conselho Universitário, a UFRR cria o Núcleo Insikiran⁴, hoje transformado em Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena. O objetivo central do instituto é desenvolver e articular com professores, comunidades e organizações de Roraima e, a sociedade em geral, a formação profissional dos indígenas de diversas etnias da região, de modo específico, diferenciado e intercultural.

⁴ O nome Insikiran é originário da mitologia dos povos indígenas que habitam o Monte Roraima, sendo Insikiran para os Macuxi, um dos filhos guerreiros de Makunaimí, irmão de Anikê, personagens integrados na cosmologia destes grupos étnicos.

O Insikiran, segundo dados disponíveis no site do instituto⁵, conta atualmente 700 estudantes e oferta três opções de curso para formação superior indígena, são eles: a Licenciatura Intercultural (2001) e os Bacharelados em Gestão Territorial (2009) e Gestão em Saúde Coletiva Indígena (2012). Além disso, em 2011 a UFRR adere ao Processo Seletivo Específico para Indígenas (PSEI), que possibilita o ingresso diferenciado para indígenas em todas as graduações que a instituição oferece e também nos mestrados em Sociedade e Fronteiras e em Letras. Fato, que totaliza em 2016 o contingente de 1.024 acadêmicos indígenas que estudam em um dos 36 cursos de graduação da UFRR.

A criação do Insikiran e a adesão do PSEI pela Universidade Federal de Roraima veio atender a uma das principais demandas das organizações indígenas do estado, que reivindicaram o acesso ao ensino superior por meio da *Carta de Canauani*, elaborada no ano de 2001 na Assembleia Geral dos Professores Indígenas de Roraima.

Com a abertura desse acesso ao ensino superior, também foi necessária e continua sendo, uma transformação na estrutura das universidades públicas brasileiras. Tanto no que se refere à expansão de programas de assistência estudantil para garantir que esse aluno, advindo de uma vulnerabilidade socioeconômica e pertencente à marginalidade, seja ela rural, suburbana ou tradicional, como no caso das comunidades indígenas, consiga permanecer no âmbito universitário. Quanto, na própria estrutura física para abrigar esse estudante que carrega consigo uma identidade cultural, uma especificidade linguística, territorial e até mesmo um distanciamento de aparatos cotidianos para maioria, como as tecnologias.

Em episódio no dia 14 de dezembro de 2015, um grupo de quatro alunos indígenas da UFRR, durante refeição no restaurante universitário, sofreu preconceitos por parte de outros acadêmicos da instituição. Estes ridicularizaram os costumes indígenas e características físicas, fato típico de violência simbólica que culminou em constrangimento para os indígenas. O caso gerou a abertura de um inquérito na própria instituição de ensino, nas polícias Federal e Civil, e também uma nota de repúdio por parte do Instituto Insikiran, gerando notícias nos principais veículos de comunicação da capital, Boa Vista.

⁵Disponível em:

http://ufr.br/insikiran/index.php?option=com_content&view=article&id=60&Itemid=268 Acesso em 16 ago. de 2016.

O ocorrido mostra que a transformação estrutural e de política assistencial aos discentes da universidade são, sem questionamentos, modificações muito importantes que precisam ser continuamente realizadas. Mas, de fato, somente essas transformações garantem a inserção de qualidade do estudante cotista no espaço comunitário-universitário? Na prática sabemos que não, por isso, também é necessário a garantia do espaço de voz e afirmação daqueles que recém-chegados precisam se organizar e acima de tudo, dar sentidos às diferenças a educar a macro comunidade universitária sobre a importância do seu acesso para o pleno cumprimento de seus direitos de inclusão.

Os procedimentos de uma comunicação feita por eles, com eles e para eles

Pensando nesse cenário e nos seus indissociáveis desafios, os estudantes da disciplina de Jornalismo Comunitário do curso de Comunicação Social- habilitação em jornalismo da Universidade Federal de Roraima (UFRR), em 2016, realizaram uma atividade de característica teórico-experimental direcionada e protagonizada por estudantes indígenas da UFRR. Metodologicamente, depois de um levantamento bibliográfico e análises de textos de autores que destacam os princípios da comunicação alternativa e do jornalismo comunitário, foi construído um breve projeto de interesses arrojados, assentados em conceitos como cidadania, empoderamento social e ação protagônica:

A comunicação popular e alternativa se caracteriza como expressão das lutas populares por melhores condições de vida que ocorrem a partir dos movimentos populares e representam um espaço para participação democrática do ‘povo’. Possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o ‘povo’ como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo. É um instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa (PERUZZO, 2008, p. 12).

Para a concretização desse projeto de intervenção comunicacional, nós decidimos criar um Vlog indígena, que se denominou “De Tapiri em Tapiri”⁶. Para tanto, realizamos três oficinas de formação, que foram ministradas pelos próprios estudantes da disciplina. Esse ciclo de oficinas, sempre realizado aos sábados, ajudou a

⁶ A escolha do nome "De tapiri em tapiri" deu-se como forma de representar as andanças, as mobilidades tão comuns entre os alunos indígenas, no percurso universidade (urbano) e comunidade (rural), bem como uma referência direta a um lugar de pausas estratégicas, ao abrigo e sombra do tapiri, para pensarem a si mesmos e suas relações culturais na comunidade universitária.

integrar a equipe da disciplina, composta por cerca de 20 alunos indígenas e não indígenas e regularmente matriculados, além de abrir possibilidades de participação a todos os interessados, contando em alguns momentos com a presença de alunos de outros cursos.

Na primeira oficina deu-se destaque às formulações teóricas, noções e conceitos que pudessem melhor se relacionar com os desafios da proposta sobre o cotidiano indígena na academia; A primeira oficina tratou sobre o próprio jornalismo comunitário, especialmente porque estávamos recebendo alunos indígenas de outras áreas de formação. A proposta de trabalho aberta e construída durante o encontro, permitiu um diálogo sobre a dualidade de ser indígena e estudante, suas dificuldades de aceitação por parte dos colegas e da própria inserção no espaço universitário.

Essa foi uma primeira aproximação, que teve resultados positivos, pois ao escutar esses depoimentos compreendemos que esses relatos tinham que ser compartilhados na comunidade universitária, problematizando a condição do estudante indígena e repensando o nosso papel enquanto estudante não-indígena.

A segunda oficina denominada “Técnicas de aprendizado” foi dedicada a compreender as dificuldades do estudante indígena no ambiente universitário, com ênfase sobre técnicas e procedimentos metodológicos que facilitam o aproveitamento dos estudos. Este foi também um momento importante para a nossa trajetória nesse projeto, pois permitiu que cada estudante indígena e não indígena compartilhasse o seu método de estudo e também as suas principais dificuldades no ambiente universitário.

Descobrimos que temos muito em comum, na medida em que os relatos apontavam para um formato instituído na relação ensino-aprendizagem na universidade com a predominância de aspectos desestimulantes, opressivos, hierárquicos e competitivos. Essa oficina serviu para aproximar as/os estudantes, pois a dificuldade partilhada proporciona o reconhecimento no outro, e essa empatia é muito importante para o desenvolvimento de qualquer projeto comunitário.

A terceira oficina teve por objetivo específico a explanação sobre algumas técnicas e conhecimentos sobre a mídia a ser explorada, o canal virtual *Youtube*, por meio de um vlog. Os chamados vlogs indígenas, apesar do acesso à internet em várias comunidades e de tantas problemáticas envolvendo esse segmento étnico, são raros tanto no Brasil como na América Latina.

Bruno Pacheco em sua obra “Mídia índio(s)” sinaliza a importância da criação de ferramentas comunicacionais que incentivem e garantam o protagonismo indígena para romper com a atitude colonial naturalizada que silencia as temáticas e problemáticas indígenas do século XXI:

Ao longo do processo de expropriação das terras indígenas, os genocídios, a progressiva destruição das culturas e das línguas indígenas, assim como as barreiras montadas, ainda hoje, para evitar que o indígena tenha acesso a recursos disponíveis ao restante da sociedade são exemplos clássicos da chamada atitude colonial. Para reverter esse processo é preciso reinventar a emancipação social através de novas teorias críticas. Precisamos entender as raízes reais do silêncio e do apagamento das diferenças para propormos formas diferentes de organização social. (PACHECO, 2014, p.25)

Através das discussões em classe compreendemos que a razão do silêncio universitário indígena, em grande parte, é decorrente da falta do espaço de fala horizontal e participativo. Com isso, fortalece-se a necessidade de meios e técnicas para que os relatos e dificuldades enfrentadas sejam expostos e visíveis para o restante da comunidade acadêmica.

Diante disso, o vlog foi o meio escolhido pelo grupo para realizar o projeto, pois é mais acessível aos estudantes em geral, entendendo que o Ciberespaço possibilita a interação e o compartilhamento de informações e experiências em tempo real. Nessa oficina os estudantes escolheram aspectos possíveis e geradores de pautas a serem produzidas.

Outro momento a destacar dessa tessitura de caráter coletivo foi a viagem realizada no dia 13 de agosto de 2016, para a comunidade indígena Truaru da Cabeceira, comunidade predominantemente da etnia Wapichana e localizada a 60 km de Boa Vista. Esse deslocamento foi idealizado para se cumprir alguns objetivos: primeiro para refazer, a título de experiência a ser compartilhada por todos, o percurso que normalmente é inserido na rotina dos alunos indígenas, o vai-e-vem entre a maloca e o campus. A ideia foi exatamente redimensionar a mobilidade e a força de vontade como parte da relação entre esses estudantes e a instituição. Parte do trajeto é feito em via não asfaltada e que, em período de inverno, tende a provocar maiores sacrifícios. Alguns desses alunos recebem uma bolsa para auxiliar financeiramente sua permanência na cidade durante a semana, mas a ida à comunidade e os deslocamentos constantes são condições de pertencimento considerados pela instituição de ensino e pelos líderes indígenas da aldeia.

O outro objetivo foi uma aproximação com a vida na comunidade indígena, seus hábitos e costumes, sua forma de se organizar socialmente, a partilha na alimentação, as manifestações culturais como o artesanato indígena e a dança do parixara, bem como as possibilidades de fazer desse encontro um momento especial para a produção de material audiovisual a ser difundido, por meio do vlog, nas redes sociais na internet.

O ônibus cedido pela UFRR parou no centro da comunidade por volta das 10h, próximo à maloca, uma estrutura ampla onde os indígenas festejam e fazem seus encontros e reuniões. Fomos recebidos por duas senhoras, lideranças do grupo de mulheres. As instalações ainda estavam sendo limpas, mas logo fomos apresentados ao tuxaua, senhor Esmeraldino e ao vice-tuxaua, pai de duas de nossas alunas indígenas. Acomodados em bancos de madeira, o encontro com a comunidade teve início com a fala das lideranças e da professora responsável pela disciplina. Somente após a recepção, com o esclarecimento dos objetivos que nos levaram até eles, fomos autorizados a realizar imagens e a conduzir os trabalhos na comunidade⁷.

Essa breve nota dá o tom das especificidades que cercam a natureza dos trabalhos de campo em muitas das comunidades indígenas da região. Para os estudantes que tiveram essa experiência, o ingresso e a permanência no local até o início daquela tarde auxiliaram na compreensão das particularidades de um universo que, por meio dos “filhos da comunidade”, os alunos indígenas, se unem ao dia a dia da universidade e produzem nessa relação um conjunto de novos sentidos.

Descreveremos a seguir as motivações e os processos demandados para a realização desse projeto, ainda em curso. Com isso, o intuito não é só tornar acessível um trabalho de característica comunitária, mas principalmente de contribuir para o incentivo e discussão de projetos que possam, de certa maneira, ressignificar o fazer comunicacional em seus mais diversos formatos, sempre ancorados na urgente necessidade de propor mudanças e incentivar o diálogo em busca da empatia e alteridade.

De Tapiri a Tapiri: uma experiência de comunicação na UFRR

⁷ Fragmento do diário de campo escrito pela professora da disciplina, Vângela Morais, sobre um dos momentos da visita à comunidade Truaru da Cabeceira, no dia 13 de agosto de 2016.

Mário Kaplún (apud PERUZZO, 1985) se refere à comunicação popular e alternativa, como uma comunicação libertadora, transformadora, que tem o povo como gerador e protagonista. A comunicação nessa perspectiva é educadora e tem o intuito de conscientizar a comunidade da sua própria realidade, que por vezes é ocultada pela *mass media* a mídia hegemônica e oligárquica. Então, a comunicação comunitária é antes de tudo uma ação contra a hegemonia, mesmo que essa definição esteja nas estrelinhas do discurso ou trabalho proposto.

A comunicação comunitária seguindo esse paradigma, também é um meio prático de garantir que o direito à informação plural e, principalmente à comunicação seja concretizada. Entretanto, o direito de comunicar ultrapassa a relação individual e coletiva de ser ao mesmo tempo emissor e receptor de informação possibilitada pelo ciberespaço, também é um meio de garantia à soberania:

Teria ainda a conotação de um direito exercido com vigor redobrado em estados ciosos de sua soberania, já que está relacionado intimamente à preservação das culturas e das identidades nacionais. Sua implementação na cultura jurídica da nação também não seria plena se não registrasse altos níveis de participação popular nos processos de elaboração dos conteúdos a serem comunicados. (LIMA, 2006, p. 23).

Portanto, o fazer comunicacional de engajamento comunitário é a desconstrução da visão que a comunicação é um espaço de privilégio dos ditos letrados, que possuem um diploma e por isso são verdadeiros donos da palavra dita, escrita ou midiaticizada. A prática comunitária propõe, em contrapartida, o fazer- a partir do seu lugar social- e, com os meios disponíveis para serem realizados. Já que o mais importante é o próprio processo do fazer, ou seja, os debates e a construção coletiva da voz.

Para nos orientarmos e adentrarmos melhor nos termos conceituais que envolvem essa prática é importante irmos a Peruzzo (1985). A autora enfatiza que a comunicação popular é um termo problemático, pois ganhou diversas designações e também a apropriação da grande mídia, quando a mesma produz um conteúdo sobre a comunidade e não com a comunidade.

A comunicação popular foi também denominada de alternativa, participativa, horizontal, comunitária e dialógica, dependendo do lugar social e do tipo de prática em questão. Porém, o sentido político é o mesmo, ou seja, o fato de tratar-se de uma forma de expressão de segmentos excluídos da população, mas em processo de mobilização visando atingir seus interesses e suprir necessidades de sobrevivência e de participação política (PERUZZO, 1985, p. 21)

Historicamente, a comunicação popular-comunitária brasileira se expandiu durante a ditadura militar, entre 1964 a 1985. Não é de se estranhar que o movimento comunicacional libertário tivesse ganhado força nesse período de massacre e tortura no país. Pois, todo governo opressor e ditatorial trata de controlar os meios possíveis de manifestação que contrarie ao seu prisma ideológico. A população por sua vez, cria mecanismos para educar e se manifestar (Peruzzo, 2008, p.7). Recentemente com as Novas Tecnologias de Comunicação e Informação (NTCI), a comunicação popular comunitária e alternativa também se reedita, ou seja, incorpora a web como uma ferramenta para o desenvolvimento de outro tipo de conteúdo:

Existe atualmente uma reorganização das forças sociais em processo de democratização que se aperfeiçoa, possibilitando mais liberdade e conseqüentemente diversas formas alternativas de expressão, nos anos recentes – com mais vigor no início do século XXI – ela se revigora de forma extraordinária [...] Ao mesmo tempo, se recria por meio de novos formatos digitais que o avanço tecnológico favorece (PERUZZO, 2008, p.7).

A Web, mais especificamente as redes sociais na internet, avançou na democratização dos meios de comunicação, porque possibilitou o espaço de voz para vários movimentos sociais e comunitários, rompendo fronteiras, pois as visualizações ultrapassam as barreiras regionais de interação, gerando um intercâmbio de experiências que fortalece e acima de tudo trás a discussão sobre a democratização da mídia no Brasil⁸ para o cerne dessas iniciativas.

Porém, as novas tecnologias de informação ao mesmo tempo em que incluem uma parcela social, também excluem aqueles que não dispõem dos aparatos tecnológicos para fazer usufruto dessa ferramenta. Por isso, é importante frisar que a liberdade de expressão não foi garantida com o surgimento das NTCI e o barateamento dos computadores e celulares com conexão a internet. Já que, todavia, não existem condições para o pleno exercício do direito de expressão garantidas legislação brasileira.

As características principais para tal exercício foram traçados pela Relatoria Especial para Liberdade de Expresión da CIDH⁹ e prevê três componentes básicos:

⁸ O movimento de luta para democratização da mídia no Brasil começou em meados de 1970, em plena ditadura militar e continua vigente, pois a constituição de 1988 não foi suficiente para aniquilar a concentração de mídia. Disponível em: <http://intervozes.org.br/mobilize/campanha-para-expressar-a-liberdade/> Acesso em: 12 Ago. de 2016. Dados : Intervozes.

⁹ Comisión Interamericana de Derechos Humanos de la Organización de Estados Americanos.

“pluralidad de voces -medidas antimonopolicas-, diversidad de las voces -medida de inclusión social-,y no discriminación -acceso en condiciones de igualdad a los procesos de asignación de frecuencias. (LINHARES *apud* CIDH, 2009, p.8 *apud*).

Entretanto, vários coletivos de comunicação alternativa, que dispõem de aparatos básicos, também se consolidaram no Ciberespaço como a Mídia Ninja, Oboré, Repórter Brasil, e iniciativas comunitárias OnLaje, Alpendre, Vídeo nas Aldeias, dentre outros, fazem seu campo de experimentação e/ou estabilidade. Iniciativas que buscam problematizar o sujeito diverso marginal, e romper com os preconceitos e estereótipos que são coletivamente construídos pelo olhar distante do círculo comunitário.

Assim, nós, enquanto turma nos guiamos e fomos guiados, sabendo que é um grande desafio ensinar e apreender a importância da comunicação como um poder emancipatório, como uma expressão política e afirmativa, principalmente com uma carreira que pouco discute a comunicação comunitária e alternativa como ferramenta libertária. Talvez, essa experiência se caracterizou como o maior desafio que tivemos em nossa trajetória acadêmica, que poderia ampliar a sua atuação prática e crítica.

No início da disciplina que era sistematizada em um encontro semanal, mais especificamente em todos os sábados, a professora responsável apresentou os conceitos básicos de comunicação comunitária, onde discutimos coletivamente diversos temas relacionados em seminários.

Logo após, fomos provocados a refletir sobre a proposta de trabalho de comunicação e/ou jornalismo comunitário no interior do espaço universitário. A priori, os alunos pareciam mais desejosos de uma experiência externa, a universidade para a maioria estava longe de ser um espaço comunitário, mas ao discutirmos profundamente a proposta, entendemos que a comunicação comunitária exige um maior conhecimento da dinâmica dos sujeitos e seu ambiente e o tempo disciplinar de um semestre pouco contribui para essa imersão. Desse ponto seguimos mais confiantes nas potencialidades do projeto a ser, de partida, realizado na UFRR.

A partir daí, construímos a ideia de direcionamento, avaliando as nossas especificidades enquanto uma Universidade que se insere no extremo norte do Brasil e num contexto eminentemente étnico, com ênfase sobre o papel histórico da instituição para formação indígena. Relacionado a isso, um cenário que em contrapartida ainda discrimina e segrega, não só nos casos explícitos e denunciados, mas na silenciosa

invisibilidade cotidiana que ergue fronteiras discriminatórias e estigmatizantes entre alunos indígenas e não indígenas.

Foi nessa perspectiva que o vlog “De tapiri em tapiri” criou forma. No dia 22 de outubro foi publicado o primeiro episódio denominado “A proposta”¹⁰. O vlog teve arte e abertura produzidas pelos alunos Luan Selfish e Ariene Santos, buscando destacar elementos dessa integração do aluno indígena com a universidade. A mesma dupla de alunos também apresentou a proposta do vlog, em cenário montado e filmado pelos demais estudantes da disciplina, nas dependências do centro de comunicação, letras e artes visuais.

O primeiro episódio que durou pouco mais de três minutos apontou os objetivos, explicou termos e se configurou como uma conversa informal para ingressar nesse cenário de diferenças entre as realidades vividas por alunos indígenas e não indígenas. Este vlog conta hoje com 77 visualizações.

No dia 29 de outubro de 2016 foi publicado o segundo vlog intitulado “O que fazem os nossos filhos?”¹¹ Este episódio foi fruto de uma das gravações feita na comunidade Truaru da Cabeceira, onde a acadêmica de jornalismo, a wapichana Aline Lima entrevista seu pai, o vice-tuxaua Altacir Lima. O diálogo, com forte acento experimental e emocional, destaca os sonhos do pai projetados nas suas duas filhas estudantes da UFRR, ao mesmo tempo em que, na sua proteção paterna, apresenta a preocupação em não as ter por perto. O episódio traz uma mensagem de esperança sobre a mudança que a formação em jornalismo pode representar coletivamente para a sua comunidade. O vlog com pouco mais de sete minutos obteve 52 visualizações.

O terceiro episódio publicado no youtube no dia 16 de novembro de 2016 e denominado “Sonhos Indígenas”¹² também foi resultante de uma gravação feita na mesma comunidade. O acadêmico Hudson Oliveira abre o vlog com uma passagem em que contextualiza o cenário e a temática para em seguida entrevistar a estudante secundarista indígena Luciane Souza que está tentando uma vaga na UFRR, embalada no sonho de se tornar pediatra e contribuir com as demandas de saúde de sua comunidade. Este episódio de três minutos teve 98 visualizações.

Com o recesso de final de ano e o encerramento do semestre na universidade, houve um intervalo maior nas publicações. O quarto vlog foi exposto no dia 08 de

¹⁰ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=fas42o6Wuz0> Acesso em 22 out de 2016.

¹¹ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=RN3kriHn0hA> Acesso em 30 out de 2016.

¹² Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=zAzrpMDRx6E> Acesso em 16 nov de 2016.

março de 2017, no dia internacional da mulher. Duas vozes femininas marcam o episódio “Palavras de incentivo”¹³, numa entrevista realizada pela acadêmica indígena Aline Lima com a senhora Zilda, indígena e membro da equipe de segurança da comunidade. Na conversa, a mensagem de esperança depositada nos mais jovens é bilíngue, feita em wapichana e em português, unindo os valores tradicionais com os desafios perenes da afirmação étnica. Este vlog obteve 23 visualizações.

Encontram-se em fase de edição outros episódios a considerar: uma sequência de entrevistas em estúdio produzido na universidade, com a temática em torno da maternidade indígena e a vida de estudante, os desafios, as tarefas, os estudos, as ausências, enfim, constituindo uma composição de mais quatro episódios a serem publicados. Além de outros três vlogs que irão abordar o cotidiano na fronteira das relações étnicas (identidade e diferença), as lutas e vivências nos movimentos sociais e as impressões dos acadêmicos não indígenas sobre essa experiência.

Conclusão

A andança comunicacional, de Tapiri em Tapiri realizada pelos estudantes indígenas na UFRR foi desde o começo um caminho que embora conflituoso, precisava ser traçado. Tanto por parte dos próprios indígenas para o fortalecimento da sua identidade, saindo do campo construído da passividade para o do protagonismo. Para o entendimento da sua realidade e como as consequências da discriminação afetam sua vida acadêmica, que em muitos casos os impedem de seguir.

A exposição dessa realidade desvinculou o título de vitimização para o de educação, pois ao expor, se educa e permite o entendimento macro comunitário sobre as dificuldades desiguais desse percurso. Como Paulo Freire enfatiza: “Somente os oprimidos, libertando-se, podem libertar os opressores” (FREIRE, 1987, p.24).

Entretanto, esse caminho também problematizou a postura dos estudantes não indígenas que participaram em segundo plano do projeto. Pois mostrou a necessidade de uma reavaliação das relações cotidianas de inclusão, entendendo que a posição do estudante não-indígena é de privilégio, por estar já imerso em uma cultura urbana, que não o estranha com a mesma intensidade dos estudantes indígenas.

¹³ Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=tSeFdZJ_ayQ Acesso em 8 mai de 2017.

O projeto desenvolvido com protagonismo indígena no âmbito universitário foi capaz, acima de tudo, de evidenciar o quão atual e imprescindível é a comunicação comunitária em qualquer ambiente. Pois, permite que os segmentos marginalizados tenham espaço para se expressar e colocar suas visões e versões sobre o mundo que o cerca, tão necessários para revelar a pluralidade como meio de resistir a onda globalizante-homogeneizante que tenta, a partir dos grandes monopólios e superpotências tragar as maiorias diversas.

Todas as esferas sociais precisam do espaço de voz, necessitam se sentir protagonistas da sua história para a garantia da liberdade de expressão, que não é somente o ato de consumir informação livremente, mas principalmente a viabilidade de participação ativa no fazer comunicacional.

Portanto, a essência desse e de qualquer trabalho comunitário é a utopia, não aquela utopia confundida pela busca do impossível, mas aquela que é revolucionária, real, e carrega a obrigação de questionar e problematizar a sociedade e suas restrições classistas. Mário Quintana poetizou que “São os passos que fazem os caminhos” e por isso, o fazer comunicação necessita de uma imensa doação diária da comunidade, que envolve tempo, recurso, vontade e esforço. Pois, o caminho do fazer coletivamente é o mais importante nesse processo.

O resultado final é sem dúvidas, transformador, pois o a construção do espaço de fala traz consigo, além da visibilidade da diversidade sociocultural, o fortalecimento do ser individual e coletivo, e (des)cobre a importância do diálogo horizontal e participativo para se viver em uma sociedade realmente livre e democrática.

REFERÊNCIAS

BAUMAM, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

KAPLÚN, Mário. **El comunicador popular**. Quito: CIESPAL, 1985.

OLIVEIRA, Bruno. **Mídia índio(s): comunidades indígenas e novas tecnologias de comunicação**. LACED: Rio de Janeiro, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PERUZZO, Cicilia. **Comunicação comunitária e educação para a cidadania**. Revista

PCLA-Pensamento Comunicacional Latino Americano. São Bernardo do Campo: Cátedra UnescoUmesp, v.4,n.1, p.1-9, 2002a. Disponível em: <www.metodista.br/unesco/pcla>. Acesso em 1 jun. de 2016.

_____. **Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor.** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2008.

_____. **Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária.** Intercom/Unb, setembro de 2008. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116338396152295824641433175392174965949.pdf> Acesso em: 3 mai de 2016.

LIMA, Rafaela Pereira. **Mídias comunitárias: juventude e cidadania.** 2º ed. Autêntica: Belo Horizonte, 2006.

LINHARES, José. **Revista Brasileira de ciências da comunicação.** v.39, n.3, set./dez.2016. São Paulo: Intercom, 2016.

MORAIS, Vângela. **O Jornalismo e a Comunidade Monte das Oliveiras: breve reflexão sobre práticas e percursos.** Disponível em www.portalintercom.org.br/anais/norte2015/resumos/R44-0817-1.pdf Acesso em 30 jul 2016.